

Inquérito Civil n. 06.2021.00003595-6

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça, e a compromissária **Atômica Desentupidora e Dedetizadora LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.830.911/0001-34, com sede na Rua Dois de Setembro nº 1.133, Bairro Itoupava Norte, em Blumenau, neste ato representada por seu sócio-administrador Marcelo Ângelo Pinto, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2021.00003595-6, autorizados pelo artigo 5º, §6º, da Lei nº 7.347/85 e artigo 97 da Lei Complementar Estadual nº 738/2019, e:

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, *caput*, da Constituição da República - CR);

CONSIDERANDO que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas e jurídicas, às sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (arts. 2º e 3º da Lei nº 9.605/98);

CONSIDERANDO que a Lei 6.938/81, em seu artigo 3º, I, define o meio ambiente como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

CONSIDERANDO que a importância de se preservar as matas ciliares está ligada à sua influência sobre uma série de fatores importantes, tais como o escoamento das águas da chuva, a diminuição do pico dos períodos de cheia, a estabilidade das margens e dos barrancos dos cursos d'água, o ciclo de nutrientes existentes na água, entre outros;

CONSIDERANDO que a destruição das florestas em áreas de preservação permanente (matas ciliares) afeta diretamente a quantidade e a qualidade da água e contribui para o agravamento das consequências de enxurradas e enchentes;

CONSIDERANDO o antigo Código Florestal - Lei Federal nº 4.771/65 já previa em seu art. 2º, alínea "a", "3", a necessidade de preservação permanente da faixa marginal mínima de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura (consoante redação dada pela Lei nº 7.803, de 1989);

CONSIDERANDO que o atual Código Florestal manteve essa mesma redação, exigindo a manutenção da área de preservação permanente de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura (art. 4º, inciso I, alínea "c", da Lei 12.651/2012);

CONSIDERANDO que, para a regularização ambiental de construções antigas localizadas no imóvel dos compromissários são aplicáveis as distâncias mínimas de APP previstas pelo antigo e atual Códigos Florestais, admitindo-se, todavia, a adoção da exceção

prevista no art. 65, § 2º da Lei nº 12.651/2012 quando não se tratar de área de interesse ecológico ou situação de risco;

CONSIDERANDO que o Município de Blumenau prevê, em sua Lei Complementar nº 747/2010, a metragem mínima de APP de quarenta e cinco (45) metros, ao longo das margens do Rio Itajaí-Açu, para os imóveis localizados em áreas urbanas consolidadas (art. 95, inc. III);

CONSIDERANDO que esta municipalidade publicou o Decreto Municipal nº 12.849/2020 para regulamentar a regularização ambiental dos Núcleos Urbanos Informais Consolidados, ocupados predominantemente por população não considerada de baixa renda, que ocupam áreas de preservação permanente - APP ao longo dos cursos d'água do Município de Blumenau;

CONSIDERANDO que a Procuradoria da República no Município de Blumenau instaurou, inicialmente, o presente procedimento a partir da cópia dos autos do Inquérito Policial 5018787-63.2017.4.04.7205, para apurar possível dano ambiental causado pela ocupação de área de preservação permanente às margens do Rio Itajaí-Açu, na Rua Dois de Setembro nº 1133, Bairro Itoupava Norte, em Blumenau;

CONSIDERANDO que a extinta Fundação do Meio Ambiente – FAEMA – constatou no Relatório de Fiscalização nº 021/2016 – CODAM MAFRA, datado de 9/3/2016, que a empresa Atômica Desentupidora e Dedetizadora LTDA. EPP, localizada na Rua Dois de Setembro nº 1133, Bairro Itoupava Norte, em Blumenau, ocupava parcialmente a área de preservação permanente do local, além de outras irregularidades que não são objeto de investigação no presente inquérito (p. 18-31);

CONSIDERANDO que a empresa Atômica Desentupidora e Dedetizadora LTDA. EPP foi autuada pela FAEMA através do Auto de Infração nº 5864-D, (p. 121) e teve as suas atividades suspensas por meio do Termo de Embargo, Interdição ou Suspensão nº 2605-D (p. 121), em razão da ocupação de APP no local de sua sede, em 2/3/2016, e pela prática ilegal de outras atividades;

CONSIDERANDO que o Laudo Pericial nº 9110.17.01103, confeccionado pelo Instituto Geral de Perícias, datado de 23/8/2017, indicou que o local onde está instalada a empresa caracteriza-se como área de preservação permanente (p. 181-188);

CONSIDERANDO, ainda, que o Laudo nº 1475/2018-SETEC/SR/PF/SC, elaborado pelo Setor Técnico-Científico da Polícia Federal em 29/10/2018, conclui que o imóvel em que está instalada a empresa situa-se inteiramente na APP do Rio Itajaí-Açu, apontando que foi identificada uma ampliação de 70 m² na porção sul da edificação, construída entre março de 2014 e maio de 2016 (p. 247-257);

CONSIDERANDO que nos autos do Inquérito Policial nº 5018787-63.2017.4.04.7205, que tramitou na Justiça Federal, foi extinta a punibilidade da empresa e de sua administradora pelo reconhecimento da prescrição dos delitos previstos nos arts. 38, 38-A, 63 e 64 da Lei Federal nº 9.605/98 (p. 266-272 e 277);

CONSIDERANDO que a Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina informou, na Nota Técnica SEI nº 18476/2020/ME, que o imóvel em questão apenas confronta com área de marinha (p. 313-315) e que, por esse motivo, a Procuradoria da República no Município de Blumenau declinou da atribuição para atuar no feito, remetendo-o a esta 13ª Promotoria de Justiça de Blumenau (p. 408-410);

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade de Blumenau – SEMMAS – vistoriou o imóvel em 13/1/2021, ocasião em que constatou no local a instalação da empresa Atômica Desentupidora e Dedetizadora LTDA., bem como de um telheiro nos fundos utilizado como estacionamento coberto, sendo então notificado o proprietário do imóvel, Mário Eugênio Binder, para proceder a regularização ambiental da APP daquele terreno (p. 401-407);

CONSIDERANDO que, recebido o presente procedimento por esta Promotoria de Justiça, solicitou-se à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Blumenau informações acerca da regularização da área de preservação permanente do referido imóvel (p. 418-419);

CONSIDERANDO que, em resposta, a SEMMAS informou que o proprietário do imóvel protocolou pedido de regularização de APP em 11/03/2021, mas que o processo administrativo nº 2021/363 não foi movimentado por falta de documentos complementares do proprietário e que, por isso, foi emitido o Auto de Infração nº 0073540-13.2021.1.02.0321-0000 (Relatório de Fiscalização nº 1447/2021, de p. 435-436 e documentos de p. 437-439);

CONSIDERANDO, por fim, que a empresa Atômica Desentupidora e Dedetizadora LTDA. demonstrou ser a atual proprietária do imóvel em questão, sendo responsável, portanto, pela recuperação e compensação dos danos ambientais gerados no seu imóvel;

RESOLVEM

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

1. DO OBJETO: recuperação e compensação ambiental pelos danos causados à área de preservação permanente localizada às margens do Rio Itajaí-Açu, na Rua Dois de Setembro, nº 1133, Bairro Itoupava Norte, em Blumenau, em razão da construção de um galpão industrial de cerca de 300m² e de um telheiro, sem as devidas licenças ambientais;

2. DAS OBRIGAÇÕES DOS COMPROMISSÁRIOS:

Cláusula 2.1 A COMPROMISSÁRIA compromete-se a não intervir mais em área de preservação permanente no imóvel localizado na Rua Dois de Setembro nº 1133, Bairro Itoupava Norte, em Blumenau, sem autorização do órgão ambiental e demais órgãos municipais;

Cláusula 2.2 A COMPROMISSÁRIA compromete-se a protocolar no prazo **90 (noventa) dias**, Projeto de Recuperação de Área Degradada (PRAD) elaborado por responsável técnico habilitado, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica, junto ao órgão ambiental competente, encaminhando o comprovante de protocolo a esta 13ª Promotoria de Justiça de Blumenau;

Parágrafo único. O Projeto de Recuperação de Área Degradada deverá prever minimamente:

- a demolição das construções irregulares erguidas no local, não passíveis de regularização ambiental, em conformidade com as orientações do órgão ambiental;

- o isolamento da área de preservação permanente segundo as orientações do

órgão ambiental;

- a recuperação total do solo degradado, oferecendo a fertilidade suficiente para a sobrevivência das mudas a serem plantadas;

- o plantio de mudas de espécies nativas da região ao longo de toda a APP existente no imóvel, na proporção indicada tecnicamente para aquela área;

- o acompanhamento do PRAD pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos após o início da sua execução, por profissional técnico habilitado.

Cláusula n. 2.3. A COMPROMISSÁRIA compromete-se a executar o PRAD no prazo máximo de **180 (cento e oitenta) dias** após a sua aprovação pelo órgão ambiental, às suas expensas, comprovando documentalmente (a execução do PRAD) diretamente a esta 13ª Promotoria de Justiça de Blumenau;

Cláusula 2.4 A COMPROMISSÁRIA compromete-se, a título de compensação pelos danos ambientais difusos causados pela ocupação irregular da APP, a efetuar o pagamento do valor de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**, em quatro parcelas iguais e mensais vencendo-se a primeira no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da assinatura do presente acordo, a serem destinadas da seguinte maneira: **1) 50%** em favor da Fundo Municipal do Meio Ambiente de Blumenau (por meio de depósito identificado junto à Caixa Econômica Federal – 0411-006-00000265-1) e **2) 50%** em favor do FRBL – Fundo de Recuperação de Bens Lesados, por meio de boleto a ser enviado por esta Promotoria de Justiça;

2.4.1. A COMPROMISSÁRIA compromete-se a apresentar nesta Promotoria de Justiça a comprovação do pagamento integral do valor indenizatório, ao final dos prazos acima estabelecidos.

3. DO DESCUMPRIMENTO:

Cláusula 3.1 O não-cumprimento de quaisquer das cláusulas e seus itens acima indicados, conjunta ou isoladamente considerados, implicará a responsabilidade da **COMPROMISSÁRIA** ao pagamento de multa pecuniária no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por mês de descumprimento, além da execução judicial das obrigações ora ajustadas;

Cláusula 3.2 A multa pecuniária deverá ser recolhida em favor do Fundo para Recuperação dos Bens Lesados de Santa Catarina (FRBL), instituído pela Lei n. 15.694/2011 e regulamentado pelo Decreto Estadual n. 808/2012, a ser paga através de boleto bancário a ser emitido por esta Promotoria de Justiça; e

Cláusula 3.3 A multa acima estipulada será exigida independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, estando a **COMPROMISSÁRIA** constituída em mora com o simples vencimento dos prazos fixados.

Cláusula 3.4 O presente Termo poderá ser protestado perante Cartório de Protesto de Títulos.

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Cláusula 4.1 O presente ajuste entrará em vigor na data da sua assinatura, sendo que é independente da eventual responsabilização penal e administrativa da **COMPROMISSÁRIA** relativamente aos fatos a que se refere.

Cláusula 4.2 Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, §6º, da Lei n. 7.347/85.

Cláusula 4.3 Ficam, desde logo, os presentes cientificados de que este Inquérito Civil será arquivado em relação aos signatários, e a promoção, submetida ao colendo Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõem o § 3º do artigo 9º da Lei nº 7.347/85 e o artigo 48 do Ato n. 395/2018/PGJ.

Blumenau, 19 de abril de 2022.

LEONARDO TODESCHINI
Promotor de Justiça

**ATÔMICA DESENTUPIDORA E
DEDETIZADORA LTDA.**
Marcelo Ângelo Pinto